

ESCOLA E DEMOCRACIA: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA A VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE ULTRACONSERVADORISMO E REACIONARISMO

Bruno Correia Laurindo¹

RESUMO

O artigo discute o papel do ensino de História na defesa da democracia diante do avanço do ultraconservadorismo e do reacionarismo no Brasil contemporâneo. Para isso, apresenta uma proposta de sequência didática voltada para a valorização dos princípios democráticos em sala de aula, baseada em uma abordagem histórico-crítica e na História Cultural. A proposta articula aulas expositivas, debates, análise de fontes e reflexões coletivas, buscando estimular o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes. O objetivo é demonstrar como a escola, enquanto espaço de socialização e formação cidadã, pode contribuir para o fortalecimento da democracia e para a resistência a discursos autoritários e excludentes.

Palavras-chave: História, Democracia, Ensino.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário político e social brasileiro tem sido marcado por um intenso processo de polarização e pela ascensão de discursos ultraconservadores que desafiam os princípios democráticos e o papel da escola como espaço de formação cidadã. A difusão de ideologias autoritárias, a negação de direitos sociais e o ataque ao pensamento crítico refletem um contexto em que a educação se torna alvo de disputas políticas e culturais. Nesse panorama, o ensino de História assume relevância central, pois constitui um campo de reflexão sobre a construção da memória coletiva, a valorização da pluralidade e a defesa dos valores democráticos.

O presente trabalho tem como objetivo propor uma sequência didática voltada à valorização da democracia no ensino de História, buscando estimular nos estudantes uma postura crítica diante dos desafios contemporâneos impostos pelo avanço do ultraconservadorismo e do reacionarismo. A partir de uma abordagem histórico-crítica,

¹ Licenciado e Mestrando em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco, campus Mata Norte. Atualmente, faz parte da SEE-PE.



pretende-se articular conteúdos, debates e análise de fontes, de modo a promover o desenvolvimento da consciência histórica e a compreensão da importância do Estado Democrático de Direito.

Partindo da concepção de que a escola é um território de disputas simbólicas e ideológicas, esta proposta pedagógica defende que o ensino de História deve ir além da transmissão de fatos, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, capazes de interpretar a realidade e intervir de forma consciente na sociedade. Assim, ao discutir a relação entre educação, política e democracia, o artigo busca reafirmar o papel do professor e da escola pública como agentes fundamentais na consolidação de uma cultura democrática e na resistência a práticas autoritárias.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e rodas de debates em sala de aula. Com devida bibliografia, foi montada uma Sequência Didática que discute noções de Democracia, Ultraconservadorismo e autoritarismo. As aulas expositivas utilizaram projetor de imagens, matérias de jornais como fontes e as discussões coletivas seguiram em comunicação oral. Ao final, os alunos apresentaram cartazes e discussões sobre a valorização do Estado Democrático De Direito e sua importância para a garantia de equidade social e rejeição à discursos autoritários.

REFERENCIAL TEÓRICO

Está ancorado em autores que analisam criticamente a relação entre educação, sociedade e política, articulando fundamentos do pensamento pedagógico crítico com reflexões sobre a crise democrática contemporânea. A base teórica principal é a pedagogia histórico-crítica, especialmente a partir de Demerval Saviani (1979), que compreende a educação como prática social determinada por contradições entre reprodução e transformação. Saviani propõe que a escola, embora inserida em uma estrutura social desigual, pode ser apropriada como instrumento de emancipação, desde que se oriente pela consciência crítica e pela formação omnilateral do sujeito. Essa perspectiva sustenta a ideia central do artigo: o ensino de História deve contribuir para a formação cidadã e



para a defesa da democracia frente ao avanço de discursos autoritários e ultraconservadores.

A discussão também dialoga com Michael Apple (2003), que critica a noção de neutralidade na educação e afirma que todo currículo é expressão de escolhas políticas e ideológicas. A partir dessa leitura, o texto evidencia que o movimento “Escola sem Partido” e as ofensivas conservadoras contra o ensino de História não são apelos pela imparcialidade, mas estratégias de controle ideológico que visam despolitizar o espaço escolar. Assim, a neutralidade é tratada como um mito funcional à manutenção de desigualdades e à supressão do pensamento crítico.

No campo do ensino de História, o referencial teórico recorre a Circe Bittencourt (2004) e Selva Guimarães Fonseca (2003; 2009), que defendem uma abordagem didática voltada para a compreensão da historicidade das experiências humanas e para o desenvolvimento de competências interpretativas, analíticas e argumentativas. A História escolar, nessa concepção, não deve restringir-se à memorização de fatos, mas favorecer a construção de sentidos sobre o passado, possibilitando ao aluno compreender as relações entre tempo histórico e vida social.

As reflexões sobre memória e disputas de narrativas são sustentadas por Roger Chartier (1990), cuja abordagem cultural da História destaca que toda representação do passado é atravessada por relações de poder. Essa leitura permite compreender a escola como território de disputa simbólica, no qual se confrontam diferentes projetos de sociedade e interpretações históricas. O ensino de História, portanto, é visto como espaço estratégico para o enfrentamento das tentativas de homogeneização cultural e de apagamento de sujeitos e experiências.

No que se refere ao contexto político contemporâneo, o artigo fundamenta-se em autores que analisam o ultraconservadorismo e o neoliberalismo autoritário no Brasil e no mundo. Flávio Casimiro (2021) e André Singer (2018) são utilizados para compreender a gênese e consolidação das novas direitas brasileiras, especialmente a partir das mobilizações de 2013 e da ascensão do bolsonarismo. Letícia Cesarino (2020) contribui com a noção de “populismo digital”, mostrando como as redes sociais foram apropriadas por discursos de extrema-direita. Já Wendy Brown (2019) e Vladimir Safatle (2019) permitem interpretar a combinação entre neoliberalismo econômico e autoritarismo político como característica de um novo tipo de racionalidade antidemocrática. Por fim, Maria das Dores Machado (2018) analisa a aliança entre fundamentalismo religioso e política institucional, um dos pilares do projeto ultraconservador no Brasil.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ascensão ultraconservadora no Brasil na última década

A última década no Brasil foi marcada pela intensificação da presença de forças políticas ultraconservadoras no cenário público, fenômeno que se insere em um contexto mais amplo de crise de representação política e de ascensão de discursos de extrema-direita em nível global pós crise de 2008. Esse processo resultou na consolidação de uma agenda que combina valores morais tradicionalistas, neoliberalismo econômico ² e autoritarismo político, tensionando os fundamentos da democracia liberal no país.

Segundo Casimiro (2021), a emergência do ultraconservadorismo brasileiro deve ser entendida como parte de uma reação contra avanços sociais obtidos nas duas primeiras décadas do século XXI, sobretudo nas áreas de inclusão social, políticas de gênero, ações afirmativas e expansão do acesso à educação. A partir das Jornadas de Junho de 2013, observa-se um processo de mobilização difusa que abriu espaço para discursos antipolítica, moralistas e punitivistas (Singer, 2018). Esse caldo social e político foi rapidamente apropriado por lideranças conservadoras, que passaram a apresentar-se como representantes da "voz do povo" contra um sistema político corrompido.

Um elemento central para a difusão da agenda ultraconservadora foi a atuação das redes sociais digitais, que potencializaram discursos antissistêmicos e teorias conspiratórias, fomentando uma guerra cultural contra setores progressistas e instituições democráticas. Como argumenta Cesarino (2020), a lógica algorítmica das plataformas digitais favoreceu a circulação de conteúdos de apelo emocional e polarizador, o que se coadunou com a retórica da nova direita radical. Nesse sentido, o movimento bolsonarista da política nacional pode ser compreendido como uma expressão específica do populismo digital de extrema-direita.

Do ponto de vista econômico, o ultraconservadorismo brasileiro combina liberalismo radical na economia com autoritarismo político. Ao mesmo tempo em que defende o Estado mínimo e a austeridade fiscal, reforça pautas de segurança pública baseadas no endurecimento penal, na ampliação do poder das polícias e na legitimação da violência como instrumento de controle social (Safatle, 2019). Essa combinação, que

² Destaque para ações de Privatizações, financeirização dos setores econômicos e políticas de austeridade.



Wendy Brown (2019) descreve como "neoliberalismo autoritário", evidencia o paradoxo de uma política que se apresenta como libertária nos costumes do mercado, mas profundamente repressiva na esfera civil.

Outro ponto relevante é a dimensão moral e religiosa. O avanço das igrejas evangélicas neopentecostais na política nacional forneceu sustentação ideológica e eleitoral a pautas ultraconservadoras, notadamente na rejeição a políticas de gênero, na oposição ao movimento LGBTQIA+ e na defesa da "família tradicional". Machado (2018) demonstra como a aproximação entre fundamentalismo religioso e política institucional tornou-se um dos pilares da nova direita brasileira, configurando uma aliança entre moralismo religioso e neoliberalismo econômico.

Assim, a ascensão ultraconservadora no Brasil não deve ser interpretada apenas como um fenômeno conjuntural, mas como parte de uma reconfiguração estrutural da política nacional, que combina crise de representação, uso estratégico das mídias digitais, fundamentalismo religioso e neoliberalismo autoritário. Esse processo desafia os limites da democracia liberal, evidenciando tensões entre os ideais de pluralidade e os projetos de homogeneização cultural e política.

A escola como território de disputas

O avanço do ultraconservadorismo não se restringe ao campo político-institucional. Ele se materializa, de forma intensa, nas disputas em torno da escola e de sua função social. O ambiente escolar, historicamente concebido como espaço de formação cidadã e de socialização de valores democráticos, passou a ser alvo de narrativas que a identificam como locus de suposta “doutrinação ideológica”. Iniciativas como o movimento “Escola sem Partido” exemplificam essa tentativa de cercar a autonomia docente e de esvaziar a dimensão crítica do ensino, reduzindo-o a uma transmissão neutra e descontextualizada de conteúdos.

De acordo com Apple (2003), a educação nunca é neutra: toda prática pedagógica carrega intencionalidades, sejam elas voltadas à reprodução de uma ordem social ou à sua transformação. Nesse mesmo sentido, Saviani (1979) aponta que compreender a escola exige reconhecer suas determinações sociais: embora marcada por mecanismos de reprodução e marginalização, ela também pode ser apropriada como instrumento de luta dos setores dominados em defesa de uma educação de qualidade e comprometida com a transformação social. Assim, a ofensiva conservadora contra o ensino de História não é



apenas uma reação a determinados conteúdos, mas uma tentativa de reconfigurar a própria função da escola, restringindo seu papel plural e democrático.

Chartier (1990) reforça que a disputa pela memória e pela interpretação do passado é parte constitutiva da luta política, e a escola, ao lidar com narrativas históricas, torna-se um espaço privilegiado dessa disputa. Nesse sentido, compreender a escola como território de conflitos é fundamental para problematizar os embates contemporâneos. Ao mesmo tempo em que é alvo de tentativas de silenciamento e controle, também permanece como espaço estratégico de resistência e afirmação da democracia. O desafio pedagógico está, portanto, em reafirmar o ensino de História como campo crítico, capaz de oferecer aos estudantes ferramentas para interpretar o presente e agir de forma consciente no mundo social.

ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

O ensino de História, enquanto disciplina escolar, ocupa um lugar central na formação crítica dos sujeitos, na medida em que possibilita a compreensão das continuidades e rupturas que atravessam as sociedades ao longo do tempo. Mais do que a transmissão de fatos passados, trata-se de um campo que permite problematizar narrativas, questionar memórias oficiais e refletir sobre os usos políticos da história. Como afirma Bittencourt (2004, p. 19), “o ensino de História deve possibilitar ao aluno compreender a historicidade das experiências humanas, de modo a questionar e problematizar o presente”.

A disciplina, nesse sentido, configura-se como espaço de disputa de sentidos, onde diferentes perspectivas são mobilizadas para compreender e explicar a realidade. Chartier (1990) lembra que toda prática de representação histórica é também uma prática de poder, uma vez que a produção de narrativas implica escolhas e silenciamentos. Dessa forma, a História ensinada na escola não é neutra, mas marcada por intencionalidades pedagógicas, políticas e sociais.

O caráter crítico do ensino histórico também se evidencia quando este possibilita o reconhecimento da pluralidade de sujeitos sociais e de suas lutas por direitos. Segundo Fonseca (2003, p. 47), “a História, ao valorizar sujeitos historicamente marginalizados, promove uma cidadã que transcende a memorização de datas e fatos, tornando-se instrumento de transformação social”. Assim, o ensino da disciplina deve ser entendido



como espaço de formação da cidadania, da valorização da democracia e do combate a visões autoritárias ou negacionistas.

Além disso, a abordagem crítica do ensino de História não se limita a conteúdos, mas também às metodologias utilizadas. A incorporação de fontes históricas diversificadas, debates e recursos didáticos que estimulem a interpretação e a análise contribuem para que o estudante se torne sujeito ativo no processo de aprendizagem. Como ressalta Selva Guimarães Fonseca (2009, p. 15), “o ensino de História crítico não transmite verdades acabadas, mas possibilita que o aluno construa sentidos e estabeleça relações entre passado e presente”.

O ensino de História, ao mesmo tempo em que se configura como prática escolar, é também uma prática política. Essa dimensão política não deve ser entendida como partidarização ou doutrinação, mas como o reconhecimento de que a História escolar produz sentidos sobre o passado que incidem diretamente na forma como os sujeitos percebem o presente e projetam o futuro. Ao selecionar conteúdos, problematizar narrativas e abrir espaço para diferentes vozes, o professor de História contribui para a formação de uma memória coletiva plural, capaz de sustentar práticas democráticas.

Nos tempos atuais, marcados pela difusão de discursos negacionistas, pela circulação de desinformação e pela tentativa de esvaziamento do pensamento crítico, a escola se vê diante de um desafio crucial: resistir às pressões que buscam transformar o conhecimento histórico em um repertório “neutro” e despolitizado. A noção de neutralidade, como já alertava Apple (2003), constitui uma ilusão, pois todo processo educativo é atravessado por disputas de valores, de significados e de projetos de sociedade. Reafirmar o caráter crítico do ensino histórico, portanto, não é um ato de militância individual, mas uma necessidade pedagógica para garantir que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos conscientes.

Ao problematizar as narrativas oficiais e destacar sujeitos historicamente invisibilizados — mulheres, indígenas, negros, trabalhadores, populações periféricas —, o ensino de História contribui para ampliar a noção de democracia como um processo inclusivo e inacabado. Saviani (1979) lembra que a educação pode tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como prática de emancipação. Nesse sentido, a História ensinada em sala de aula, quando comprometida com a pluralidade, constitui um espaço



de resistência ao projeto ultraconservador que busca homogeneizar memórias e impor visões únicas de passado e futuro.

Além disso, o ensino de História possibilita aos estudantes desenvolver habilidades cognitivas fundamentais para o exercício da cidadania democrática: análise crítica de fontes, interpretação de diferentes perspectivas, construção de argumentos e capacidade de dialogar com posições divergentes. Esses elementos, muitas vezes negligenciados em práticas pedagógicas meramente conteudistas, tornam-se centrais para a vivência democrática. Em tempos de polarização, aprender a lidar com a diferença, a reconhecer a legitimidade do outro e a argumentar de forma fundamentada são competências que ultrapassam a sala de aula e se projetam na vida social e política.

Por fim, é preciso reconhecer que o papel do professor de História não se resume a transmitir fatos passados, mas a mediar experiências de aprendizagem que aproximem passado, presente e futuro. Isso implica valorizar metodologias que incentivem o protagonismo discente, como debates, projetos coletivos e análise crítica de documentos. Dessa forma, o ensino de História deixa de ser uma disciplina voltada apenas à memorização e consolida-se como prática formativa que fortalece a democracia.

Assim, diante da ascensão do ultraconservadorismo e do reacionarismo, a defesa da democracia passa, necessariamente, pela defesa de um ensino de História crítico, plural e comprometido com a emancipação humana. Longe de ser um terreno neutro, a sala de aula constitui um espaço de disputa onde se decide se o passado será reduzido a um repertório legitimador de desigualdades ou se será mobilizado como ferramenta de libertação. Cabe aos educadores, em diálogo com os estudantes, assumir a segunda opção, reafirmando a escola como espaço estratégico de resistência e esperança democrática.

A Sequência Didática como Proposta Metodológica no Ensino-Aprendizagem

A sequência didática (SD) configura-se, no âmbito pedagógico, como uma proposta metodológica estruturada e intencional, que visa otimizar o processo de ensino-aprendizagem. Não se trata de um mero conjunto aleatório de atividades, mas sim de um planejamento que envolve um conjunto de atividades interligadas e dispostas em uma progressão lógica, objetivando a aquisição de um determinado conhecimento ou o desenvolvimento de uma competência específica (OLIVEIRA, 2013).



A relevância da sequência didática reside na sua capacidade de promover a integração harmoniosa de conteúdos que, isoladamente, poderiam ser percebidos como fragmentados. Conforme Zabala (1998, p. 139), a SD permite "integrar conteúdos teoricamente isolados ou específicos para incrementar seu valor formativo". Dessa forma, busca-se estabelecer uma sucessão lógica dos conteúdos, partindo de temas simples e fundamentais para abordar os mais complexos de maneira progressiva, facilitando o entendimento e a maior compreensão dos temas pelos discentes (SILVA; ROWEDER, 2020).

Os modelos de SD podem variar, sendo frequentemente associados a abordagens ativas e à problematização, como se verifica em propostas que desdobram o ensino em etapas bem definidas, desde a apresentação do tema até a avaliação final (SEQUÊNCIA DIDÁTICA, 2021). A sua aplicação é vista como uma estratégia enriquecedora que possibilita diferentes intervenções pedagógicas e posiciona o aluno como protagonista de sua própria aprendizagem (SILVA; CAPRI, 2023).

Entendo que a discussão proposta pela sequência didática resultou no fortalecimento da consciência democrática dos estudantes, promovendo a compreensão crítica sobre o avanço do ultraconservadorismo e suas implicações na sociedade. Por meio da análise histórica, do debate e da reflexão coletiva, os alunos desenvolveram autonomia intelectual, empatia e capacidade argumentativa, reconhecendo a importância da pluralidade, dos direitos humanos e da participação cidadã. Assim, o resultado esperado é que a escola se consolide como um espaço de resistência e valorização da democracia, formando sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada ao longo deste artigo reafirma a importância do ensino de História como instrumento de formação crítica e de valorização da democracia em um contexto marcado pela ascensão do ultraconservadorismo e do reacionarismo. Ao propor uma sequência didática fundamentada em princípios da pedagogia histórico-crítica e da História Cultural, buscou-se demonstrar que a escola é um espaço estratégico de resistência, no qual se produzem e se disputam sentidos sobre o passado, o presente e o futuro da sociedade.

Os resultados obtidos a partir da aplicação da sequência didática evidenciam que o ensino de História, quando conduzido de forma reflexiva e dialógica, pode fortalecer a



consciência democrática dos estudantes. As atividades de debate, análise de fontes e produção coletiva estimularam a autonomia intelectual, a empatia e a capacidade argumentativa dos alunos, favorecendo o reconhecimento da importância dos direitos humanos, da diversidade e da participação cidadã como fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, compreende-se que a defesa da democracia passa, necessariamente, pela defesa de uma educação comprometida com o pensamento crítico e com a emancipação humana. A escola, longe de ser um espaço neutro, deve assumir seu papel político e social na construção de uma cultura democrática, enfrentando discursos autoritários e negacionistas que ameaçam a pluralidade e o convívio republicano.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CESARINO, Letícia. **Bolsonaro e o populismo digital**. São Paulo: Zouk, 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

OLIVEIRA, M. A. M. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis: Vozes, 2013.



ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

